

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.749 - GO (2018/0339450-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : GYNSOL DISTRIBUIDORA E LOGISTICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA  
**ADVOGADO** : LEONARDO LOURENÇO DE CARVALHO - GO027940  
**AGRAVANTE** : BANCO SAFRA S A  
**ADVOGADOS** : MURILLO MACEDO LÔBO - GO014615  
WESLEY SANTOS ALVES - GO033906  
RAFAELA JUNQUEIRA GUAZZELLI - GO047974  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**EMENTA**

*AGRAVO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. PRETENSÃO DE INCIDÊNCIA DAS NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. EXCESSO DE GARANTIA. NÃO OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 05 E 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por GYNSOL DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás assim ementado:

*"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INCIDENTAL. INAUDITA ALTERA PARS. POSSIBILIDADE. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. EXCESSO DE GARANTIA CONFIGURADA APENAS EM UMA CCB. CLÁUSULA-MANDATO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. DISTRIBUIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. I - Não se*

*verifica a existência de conexão, na medida em que não há identidade de pedidos ou de causa de pedir (art. 55, caput, do CPC), tampouco risco de decisões conflitantes ou contraditórias (art. 55, § 3º, do CPC). Da simples leitura da petição inicial da ação revisional c/c consignação em pagamento nº 37939124.2015.8.09.0051, infere-se que a causa de pedir e o pedido são distintos dos da presente ação, porquanto naquela, ajuizada em desfavor do Banco Safra S/A e do Banco ABC Brasil S/A, a autora pretende revisar as cláusulas das três Cédulas de Crédito Bancário, enquanto nesta objetiva declarar a nulidade dos Instrumentos de Garantia e Confissão de Dívida a eles anexos. II - Não há falar em cerceamento ao direito de defesa, por violação ao disposto no art. 329, II, do CPC e à garantia do contraditório, porquanto a parte autora não aditou o pedido inicial, e sim formulou novo pedido, qual seja, concessão de tutela provisória de urgência incidental, o que é permitido pelo ordenamento jurídico. Ademais, não se pode olvidar que, consoante preconiza o artigo 9º, I, do CPC, é possível a concessão de tutela provisória inaudita altera pars. III - No caso, por meio de decisão proferida pelo Juiz singular, mantida por este Tribunal, foi deferido o pedido de incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor. IV - Nos termos da Lei nº 10.931/2004, a cédula de crédito bancário constitui título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, desde que atendidos os requisitos estabelecidos em seus artigos 28 e 29. Poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída (art.*

*27, Lei nº 10.931/2007). No que concerne à garantia, observa-se que os arts. 30 a 39 do referido diploma legal disciplinam a questão, sendo certo que não há objeção à oferta de bens diversos em garantia, havendo inclusive autorização para que o credor requeira reforço ou substituição da garantia em hipóteses de deterioração ou diminuição de valor. Dada a natureza do negócio jurídico entabulado, as partes são livres para pactuarem acerca da(s) garantia(s) a salvaguardar o pagamento a ser efetuado pelo devedor da CCB. VI - Cada contrato deve ser analisado de forma singular, porquanto não é permitido ao Poder Judiciário transferir garantia dada em um contrato para outros, cujas garantias foram livremente pactuadas pelas partes contratantes. VII - As garantias não devem constituir excesso ou abuso de direito, com violação às normas gerais de formação dos contratos, mormente quanto a sua função social. VIII - Considerando a avaliação imobiliária*

*realizada pela apelada (evento 03, f. 272) e o parecer técnico colacionado pelo apelante (evento 22, doc. 07), conclui-se que o imóvel dado em garantia na Cédula de Crédito Bancário nº 002100103, firmada em 04/06/2014, no valor de R\$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), é suficiente para assegurar o saldo devedor desta Cédula. IX - As garantias ofertadas pela autora nas Cédulas de Crédito Bancário nºs 002108457 (R\$ 500.000,00 ? quinhentos mil reais) e 002110605 (R\$ 800.000,00 ? oitocentos mil reais), quais sejam, fiança e cessão fiduciária, têm como escopo servir de lastro para proteção da instituição credora quanto à eventual inadimplência, de modo que não estaria configurado qualquer excesso passível de revisão judicial, sobretudo porque, além de estipuladas as cláusulas contratuais mediante acordo livre de vontades, não ficou constatada ofensa ao princípio da boa-fé objetiva ou o descumprimento da função social. X - Não há falar em nulidade das cláusulas- mandato insertas nas Cédulas de Crédito Bancário nºs 002108457 (R\$ 500.000,00 ? quinhentos mil reais) e 002110605 (R\$ 800.000,00 ? oitocentos mil reais), porquanto, além de a recorrida ter livremente aquiescido com elas ao contratar as CCB'S em questão, não se verifica nenhuma ilegalidade ou abusividade, inclusive, inexistindo qualquer ofensa aos princípios do diploma consumerista. XI - Provido o recurso, ainda que parcialmente, não há falar em majoração dos honorários conforme prevê o art. 85, §11, do CPC, pois que essa regra incide apenas nos casos de não conhecimento, ou desprovimento do recurso. Certo que, havendo provimento, ainda que parcial, ocorre apenas a inversão/distribuição da sucumbência, com nova fixação dos honorários, já considerado o trabalho na fase recursal. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA." (e-STJ fls. 755/756).*

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 791).

Em sede de recurso especial, inicialmente, a empresa recorrente sustenta estar demonstrado o seu interesse recursal de reforma do aresto reclamado haja vista a manifesta ofensa à Lei n.º 10.931/04, à Lei n.º 10.406/2002 e à Lei n.º 8.078/90.

Defende que os negócios jurídicos bancários são regulados pelo Código de Defesa do Consumidor, o que possibilita a revisão de cláusulas abusivas.

Diz que:

***"Ao exigir inserção de Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária em Garantia de Duplicatas e/ou de Cheques de Emissão de Terceiros e/ou de Notas Promissórias de Emissão de Terceiros e aditamento ao Instrumento Particulares de Cessão Fiduciária em Garantia de Duplicatas e/ou Cheques de Emissão de Terceiros e/ou de Notas Promissórias de Emissão de Terceiros, nota-se claro o excesso de garantia, uma vez que impede o capital de giro da recorrente, com intervenção na industrialização e comercialização de seus produtos, inclusive perante outros fornecedores, podendo levá-la à completa insolvência contratual, por culpa exclusiva do banco recorrido."*** (e-STJ fl. 822, grifo no original)

Alega, ainda, que "o banco recorrido não utilizou da boa-fé contratual quando agiu com abusividade para exigir garantias excessivas as contratações" (e-STJ fls. 824).

Faz menção aos artigos 54 do Código de Defesa do Consumidor; 29, 30 e 31 da Lei n.º 10.931/2004; e 421 e 422 do Código Civil/2002.

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 854/864.

Nas razões do agravo, a agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 873/878).

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece guarida.

De saída, no que importa à pretensão de incidência das normas consumeristas ao caso, o Tribunal recorrido assim decidiu:

***"Em proêmio, impende registrar que, por meio de decisão proferida pelo Juiz singular (evento n. 3, doc. 06), mantida por este Tribunal (evento n. 3, docs. 15 e 17), foi deferido o pedido de incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor.***

*Logo, tem-se que, fundada nas razões de equidade e do justo equilíbrio entre os contratantes, acentua-se a admissibilidade da declaração de nulidade de cláusulas contratuais, na forma judicial, mormente com o advento do Código de Defesa do Consumidor, que prevê a necessidade de equivalência das prestações dos contratos, muitos deles de adesão, razão por*

*que se impõe a modificação/anulação de cláusulas que ?estabeleçam prestações desproporcionais?, segundo o art. 6º, V, sendo vedado ao fornecedor de produtos ou serviços exigir do consumidor ?vantagem manifestamente excessiva? (art. 39, V), resultando nulas as cláusulas que ?estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade? (art. 51, IV).*

*Destarte, a força vinculante do contrato (pacta sunt servanda) ou a Teoria da Imprevisão não impedem a declaração de nulidade, pelo Judiciário, das cláusulas consideradas excessivas/abusivas, em face do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas, de ordem pública e interesse social, são de observância inarredável, conforme reiterados julgados deste Tribunal." (e-STJ fl. 748, grifei).*

Destarte, em tendo o Colegiado local concluído pela possibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor na hipótese de ocorrência de cláusulas consideradas abusivas, a parte carece de interesse processual no ponto.

Por outro lado, no que toca às Cédulas de Crédito Bancário n. 002108457 e 002110605, a Corte *a quo* assim assentou:

***"[...] a autora, ora apelada, não demonstrou nos autos a existência de qualquer vício, excesso, ou nulidade nas garantias ofertadas nas referidas cédulas.***

*As garantias ofertadas pela autora tem como escopo servir de lastro para proteção da instituição credora quanto à eventual inadimplimento, de modo que não estaria configurado qualquer excesso passível de revisão judicial, sobretudo porque, além de estipuladas as cláusulas contratuais mediante acordo livre de vontades, não ficou constatada ofensa ao princípio da boa-fé objetiva ou o descumprimento da função social. [...]*

***Demais disso, não há falar em nulidade das cláusulas-mandato insertas nas Cédulas de Crédito Bancário n.ºs 002108457 (R\$ 500.000,00 ? quinhentos mil reais) e 002110605 (R\$ 800.000,00 ? oitocentos mil reais), porquanto, além de a recorrida ter livremente aquiescido com elas ao contratar as CCB'S em questão, não se verifica nenhuma ilegalidade ou abusividade, inclusive, inexistindo qualquer vulneração aos princípios do diploma consumerista." (e-STJ fls. 750/751, grifei).***

Assim sendo, elidir as conclusões do Colegiado - no sentido de que não foi demonstrada a existência de vício, excesso ou nulidade nas garantias ofertadas nas Cédulas de Crédito Bancário n. 002108457 e 002110605 - demandaria nova interpretação de cláusulas contratuais, bem como o revolvimento do quadrante fático-probatório, providência vedada nesta sede especial, a teor dos enunciados n. 05 e 07/STJ.

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios na forma prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, porquanto a referida verba foi fixada, na origem, em seu máximo patamar legal (cf. e-STJ fl. 438).

**Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do Regimento Interno do STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**